



**PARECER PRÉVIO Nº 27/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10009/2012**

**Apensos:** Processos nº 11743/2014; 11398/2014

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Anamá.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito, à época.

**6- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM N. 6975.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 518/2018-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anamá. Exercício de 2011.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas Anuais.*

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1- Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Anamá**, referente ao exercício de 2011, Gestão do **Sr. Jecimar Pinheiros Matos**, Prefeito Municipal, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 06 de junho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).



**PARECER PRÉVIO Nº 27/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Conselheiro Convocado

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**  
Procurador-Geral, em substituição



**ACÓRDÃO Nº 27/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10009/2012.**  
**Apenso:** Processos nº 11743/2014; 11398/2014
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anamã.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito, à época.
- 6- **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM N. 6975.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas** Parecer nº 518/2018-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Junior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2011.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Recomendação. Comunicado.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã referente ao exercício de 2011, tendo como responsável o **Sr. Jecimar Pinheiros Matos**, Prefeito e Ordenador de Despesas nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas supracitadas;

**10.2 – Aplicar Multa** ao **Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, prefeito e ordenador de despesas, no valor de **R\$ 1.096,03**, conforme o art. 308, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, por cada mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos contábeis referentes aos meses de janeiro a dezembro (12 meses), totalizando o montante de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), item 11 da fundamentação que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser



**ACÓRDÃO Nº 27/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

**10.3 – Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos** no valor de R\$ **1.096,03**, conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por cada bimestre (6 bimestres) em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, totalizando o montante de R\$ **6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), constante no item 13, da fundamentação que devem ser recolhidos na esfera Estadual através de Documento de Arrecadação – DAR avulso para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AMFAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

**10.4 – Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos** no valor de R\$ **1.096,03** conforme art. 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM por cada semestre (2 semestres) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, totalizando o montante de R\$ **2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), item 13, da fundamentação que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

**10.5 - Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos** no valor de R\$ **8.768,25** conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº. 25/2012-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23 e 24 da fundamentação que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da



**ACÓRDÃO Nº 27/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 27/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**;

**10.6 - Recomendar** à Prefeitura Municipal de Anamã a rigorosa observância dos princípios que regem a Administração Pública, notadamente a moralidade (art. 37, caput, da CF/88), e respeito à Súmula Vinculante nº 13, relacionada ao nepotismo, item 16, da fundamentação;

**10.7 - Comunicar** a Secretaria da Receita Federal do Brasil, diante de indícios de infrações penais tributárias que se desenharam nos autos, itens 19, 20 e 21 da fundamentação;

**10.8 - Comunicar** o Ministério Público Federal/MPF-AM, considerando os possíveis desvios de recursos de contribuição devidas à União Federal, itens 19, 20 e 21 da fundamentação.

**11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 06 de junho de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**

Procurador-Geral, em substituição